

Afonso Peres Mósca, assistente operacional do mapa de pessoal da Direção-Geral da Política de Justiça.

2 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pelo orçamento do meu gabinete.

3 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

4 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

31 de janeiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular

Nome: Diogo Afonso Peres Mósca

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 14 de julho de 1956

Habilitações literárias: 4.º ano (antigo) de formação de serralheiro

Categoria profissional: Assistente operacional

Mapa de pessoal: Direção-Geral da Política de Justiça

Experiência profissional:

1983-1998 — Administrativo na Escola 2B3 de Aranguês: compra de bens alimentares para refeições dos alunos; venda de senhas de refeição. Louvor atribuído pelo Ministério da Educação.

1998-2001 — Administrativo na Escola Secundária D. Manuel Martins: compra de bens alimentares para refeições dos alunos; venda de senhas de refeição; depósito das verbas realizadas na ação social nas respetivas contas bancárias.

2001-2007 — Motorista no Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Justiça. Conhecimento da agenda para planeamento das deslocações. Entrega e recolha de documentação urgente.

2008-2010 — Motorista na Presidência do Conselho de Ministros. Desde 2011 e até 17 de fevereiro de 2013 — Motorista na Direção-Geral da Política de Justiça.

De 18 de fevereiro de 2013 até à presente data, motorista do gabinete da Ministra da Justiça do XIX Governo Constitucional.

Formação profissional:

Curso de relações interpessoais — Instituto de Formação Bancária.

Curso de Atendimento — Instituto de Formação Bancária.

Curso de Inglês — CPL/Lisboa.

Curso de Sistemas MS-Dos.

Curso de Técnicas de Compra — IFP

Aptidões e competências:

Carta de condução, classe B;

Domínio do Office;

Boa capacidade de comunicação, espírito de grupo, forte motivação para novas aprendizagens, sentido de organização e capacidade de iniciativa e responsabilidade.

207621325

Despacho n.º 2628/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como técnica especialista a Licenciada Maria de Fátima da Silva Consciência, técnica verificadora superior de 1.ª classe da Direção-Geral do Tribunal de Contas, para exercer as funções de assessoria jurídica na área de contratação pública, no meu Gabinete.

2 — Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório da designada é o de adjunto de gabinete.

3 — A designada exerce funções pelo prazo de um ano renovável automática e tacitamente, por iguais períodos, podendo a presente designação ser revogada a todo o tempo.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do referido Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 30 de dezembro de 2013.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular

Identificação:

Nome: Maria de Fátima da Silva Consciência

Nacionalidade: Portuguesa

Data de nascimento: 14 de novembro de 1971

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito, ramo de jurídico-económicas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1990-1995).

Pós-Graduação em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com média final de 14 valores (1997-1998).

Formadora certificada na área de contratação pública.

Atividade profissional:

Nomeada, no período de 1 de setembro de 2011 a 29 de dezembro de 2013, por despacho do Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamentos do Ministério da Justiça, em comissão de serviço, para exercer o cargo de Adjunta e de Chefe de Gabinete em substituição.

Técnica Verificadora Superior de 1.ª Classe, do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas:

Exercício de funções no Departamento de Controlo Prévio, com a responsabilidade de emissão de pareceres sobre os contratos submetidos a fiscalização prévia, pelas Entidades Públicas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas, em matéria de contratação pública, parcerias público-privadas e endividamento público (2001-2011).

Exercício de funções no Departamento de Controlo Concomitante com a responsabilidade de realização de auditorias na área da despesa pública e recrutamento de pessoal (1999-2001).

Assessoria jurídica no núcleo de apoio técnico do Diretor-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (março de 1997 a junho de 1999).

Exercício de Advocacia (1995-1999).

207603068

Despacho n.º 2629/2014

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pela Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, do n.º 7 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013, de 11 de dezembro, e do n.º 17 do despacho da Senhora Ministra da Justiça n.º 1335/2014, publicado no diário da república, 2ª série, n.º 19, de 28 de janeiro de 2014, subdelego no conselho diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ, I.P.) as competências para a prática dos atos necessários à aquisição de serviços de comunicações de dados no âmbito da Rede de Comunicações da Justiça, nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 da referida Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2013.

2. O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

207603302

Despacho n.º 2630/2014

1 - Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como adjunta para exercer funções no meu gabinete, a licenciada Vanda Isabel de Jesus Soares Simões, técnica superior da Câmara Municipal de Lisboa.

2 - Para efeitos do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho que produz efeitos desde 15 de janeiro de 2014.

3 - Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

6 de fevereiro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

Nota curricular

Dados Pessoais:

Nome: Vanda Isabel de Jesus Soares Simões

Data de Nascimento: 9 de dezembro de 1971

Naturalidade: Lisboa

Habilitações Académicas:

Licenciatura em Gestão na Universidade Lusitana, concluída em 1996.

Formação Profissional:

Curso de Gestão Pública na Administração Local, formação profissional nas áreas de auditoria, finanças, contabilidade pública, contratação